

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL: UMA PROBLEMATIZAÇÃO INICIAL

HIGH ABILITIES/GIFTEDNESS AND INTERSECTIONALITY AMONG GENDER RACE AND SOCIAL CLASS: AN INITIAL QUESTIONING

Patrícia NEUMMANN¹

Débora RIBEIRO²

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar a relação entre altas habilidades/superdotação e a intersecção entre gênero, raça e classe social. O método foi documental por meio de análise de conteúdo da obra Quarto de Despejo (1960), escrito por Carolina Maria de Jesus. Os resultados mostram o conteúdo de extrema pobreza, negligência de direitos fundamentais, violências perpetradas por homens, mulheres e crianças, alcoolismo, a presença da leitura e escrita e percepções de Carolina da própria vida e do meio social. Considera-se que os marcadores sociais de gênero, raça e classe social têm papel central na marginalização e consequente não desenvolvimento de habilidades e potenciais. Ao oportunizar chances para o desenvolvimento dos potenciais das pessoas com AH/SD, toda a sociedade se beneficia, pois os ganhos da inclusão são para todas e todos. Além disso, é necessário considerar a realidade sócio-histórica do Brasil na identificação, na avaliação e no atendimento educacional das AH/SD.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação. Gênero. Raça. Classe Social. Educação.

Abstract: The objective of this paper is to question the relation between high abilities/giftedness and the intersection among gender, race and social class. The method was documental through content analysis of the work Quarto de Despejo (1960) written by Carolina Maria de Jesus. Results were the content of extreme poverty, negligence of fundamental rights, violence committed by men, women and children, alcoholism, the presence of reading and writing and Carolina's perceptions regarding her life and social milieu. We consider that social markers as gender, race and social class have a main role in marginalization and consequent lack of development of abilities and potentials. All society takes advantage giving opportunities to the development of gifted people's potential because benefits of inclusion are for everybody. Besides, it is necessary to consider Brazilian social and historical reality in identification, evaluation and educational service of giftedness.

Keywords: High abilities/giftedness. Gender. Race. Social Class. Education.

INTRODUÇÃO

O interesse pelas altas habilidades/superdotação (AH/SD) tem, no Brasil, menos de um século. Dos anos 1930 até agora, há importantes realizações na pesquisa, nas políticas públicas e no atendimento. Contudo, o desconhecimento por parte da população, em geral,

¹ Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO); Graduada em Psicologia pela FAG, com ênfase em Psicologia e Processos Educativos e Graduada em Filosofia pela UNICENTRO. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2017-9357>

² Mestra em Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Paraná. Integrante do Grupo de Pesquisas em Trabalho, Educação e História, também da UNICENTRO.

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2020.v7n1.04.p37>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

e de profissionais tanto da saúde quanto da educação é proeminente. É comum a falta de informação correta, de um processo adequado de identificação e avaliação – por diversos motivos – e de atendimento educacional especializado, principalmente em cidades menores e/ou distantes de Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação, os NAAH/S. A falta do atendimento especializado às AH/SD, o qual é um direito enquanto público da Educação Especial, está diretamente associada à falta de conhecimento de profissionais envolvidos, muitas vezes, em uma série de preconceitos e crenças equivocadas, dentre outros fatores. Tais crianças e adolescentes estão invisíveis nas escolas públicas e, mais ainda, nas privadas. Enquanto adultas e adultos, também estão invisíveis na sociedade brasileira.

Como estes já são grandes problemas a serem resolvidos, a pesquisa na área tem se voltado sobretudo para temas como identificação, formação de professoras(es), conceituação, programas de atendimento e atendimento especializado. São os temas que mais aparecem na Revista de Educação Especial e no Banco de Periódicos da Capes, entre 2001 e 2018. Neste contexto, são inúmeras as lacunas que existem na área de pesquisa, sendo, uma delas, estudos que contemplem as interrelações de gênero, raça e classe. É nisto que se insere nosso objetivo, o de problematizar as AH/SD nesta intersecção. Historicamente, o Brasil tem a exclusão de mulheres em relação a homens, pessoas negras em relação a brancas e pobres em relação a ricos. Então, ao considerar o conceito principal de que superdotadas são pessoas que mostram alto desempenho e potencial em uma ou mais destas áreas: intelectual, acadêmica, de liderança, de pensamento criativo, nas artes e/ou na motricidade (BRASIL, 1995), o que pensar de AH/SD na intersecção de gênero, raça e classe? Salientamos que não usamos o termo *raça* em seu sentido pautado em dados biológicos. Raça é uma construção social e, por isso, dentro de perspectivas contemporâneas, como a decolonial, tem sido ressignificado. Tais ressignificações do conceito visam tornar a ideia de raça um instrumento para a autodefesa das pessoas descendentes de africanas e africanos, bem como auxiliar na recuperação de seu sentimento de pertencimento étnico, da dignidade, da autoestima e da autoconfiança (HOFBAUER, 2003).

Para suscitar esta discussão, partimos de uma obra chamada *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (2006), escrito, em 1960, por Carolina Maria de Jesus (1914-1977), moradora da favela do Canindé, em São Paulo, Brasil. Carolina, mulher negra e pobre, representa, aqui, todas as mulheres como ela, excluídas de seus direitos fundamentais. Neta de pessoas escravizadas, mãe de três filhos, João José, José Carlos e Vera Eunice, sem apoio de um companheiro, de família, do Estado e da sociedade, mas, também, uma pessoa inteligente, sensível e talentosa em um meio paupérrimo de tudo.

Se já temos, então, um imenso trabalho para garantir a identificação, a avaliação e o atendimento especializado das AH/SD para crianças e adolescentes que não possuem todos os marcadores sociais de Carolina que a colocam em profunda vulnerabilidade, temos um trabalho muito mais árduo a fazer pelo público cujo qual lhe tem sido negada qualquer educação, por mínima que seja. São muitas as ‘Carolinas’, no Brasil, deixadas de lado pelo Estado e pela sociedade. São muitas as meninas e mulheres negras, pobres e com imenso potencial e talentos, discriminadas e exploradas. Tal abandono, já cometido em ampla escala pela sociedade, não pode continuar a ocorrer também na ciência.

MÉTODOS

O caráter deste estudo é documental. A fonte utilizada foi o relato escrito em forma de diário *Quarto de Despejo*. A escolha deste livro se deu pela autora ter sido uma mulher negra e pobre e pela obra apresentar o seu cotidiano, a favela. Procedeu-se uma primeira leitura geral da obra para, em seguida, serem selecionados trechos de um recorte de 15 de julho de 1955 até 28 de julho de 1955. Os trechos foram transcritos na íntegra (inclusive erros de escrita). Notas explicativas, para melhor compreensão da leitura, foram inseridas entre colchetes []. A análise dos resultados foi feita pela análise de conteúdo (BARDIN, 2004), de abordagem qualitativa.

RESULTADOS

Foram selecionados dez trechos da obra que estão organizados por data e numerados por linha. Elencamos duas categorias de análise: o meio social de Carolina e ela mesma enquanto sujeito, as quais se encontram organizadas no Quadro 1., após os trechos.

Trecho 1. 11 de julho de 1955

1. Eu não tinha um tostão para comprar pão (p.9).

Trecho 2. 16 de julho de 1955

2. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que
3. eu precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava!
4. Cheguei em casa, aliás, no meu barraco, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu
5. levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens e permaneço na rua o dia todo. E estou sempre
6. em falta.
7. [...] ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão. Fiquei contente
8. [...] O nervoso interior que eu sentia ausentou-se. Aproveitei a minha calma interior para eu
9. ler. Peguei uma revista e sentei no capim [...]. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os
10. filhos pedindo pão (p.10).

Trecho 3. 17 de julho de 1955

11. A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou
12. revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! Se eu
13. pudesse mudar daqui [...].
14. Tenho pavor destas mulheres da favela. Tudo quer saber! A língua delas é como os pés de
15. galinha. Tudo espalha! (p.10).

Trecho 4. 18 de julho de 1955

16. Cheguei no inferno [a favela]. Abri a porta e pus os meninos para fora. A D.Rosa, assim
17. que viu o meu filho José Carlos começou a imprecisar com ele. Não queria que o menino
18. passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espanca-lo. Uma mulher de 48 anos
19. brigar com criança! Às vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes
20. nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fêdidas. Ela

21. odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro
22. que ela.
23. A minha porta atualmente é teatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são
24. os bodes expiatórios. Elas [as demais mulheres] alude que eu não sou casada. Mas eu sou
25. mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. [...] E elas,
26. tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu
27. tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses [Carolina tem um rádio]. Enquanto
28. os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo
29. as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas.
30. Tem a Maria José [...]. É uma alcoolatra. Quando está gestante bebe demais. E as crianças
31. nascem e morrem antes dos doze meses. Ela odeia-me porque meus filhos vingam e por eu
32. ter radio. [...] Ela as vezes joga agua nos meus filhos. Ela alude que eu não expanco os meus
33. filhos. Não sou dada a violência (p.14).

Trecho 5. *19 de julho de 1955*

34. Deixei as crianças brincando no quintal. Tinha muito papel [para catar]. Trabalhei depressa
35. pensando que aquelas bestas humanas são capás de invadir o meu barraco e maltratar meus
36. filhos. [...] Elas costuma esperar eu sair para vir no meu barracão expandar meus filhos [...]
37. quando as crianças estão sosinhas e não podem defender-se (p.16).

Trecho 6. *20 de julho de 1955*

38. Fui no Arnaldo buscar leite e pão. Quando retornava encontrei o senhor Ismael com uma
39. faca [para matar dois homens que o espancaram enquanto estava embriagado]. Lhe
40. aconselhei a não brigar, que o crime não trás vantagens a ninguém, apenas deturpa a vida.
41. Senti o cheiro do álcool, disisti. Sei que os ebrios não atende.
42. Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não se
43. eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. Aqui, todas
44. imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. Quando fico
45. nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo (p.19).

Trecho 7. *21 de julho de 1955*

46. Cheguei em casa era 22:30. Liguei o radio. Tomei banho. Esquentei comida. Li um pouco.
47. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem
(p.22).

Trecho 8. *22 de julho de 1955*

48. Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo!
(p.23).

Trecho 9. *23 de julho de 1955*

49. Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você [seu João]. Todos tem um ideal. O
50. meu é gostar de ler (p.23).

Trecho 10. 24 de julho de 1955

51. [...] fui lavar roupa. No rio chegou Adair Mathias, lamentando que sua mãe tinha saído, e
 52. ela tinha que fazer almoço e lavar roupas. Disse que sua mãe era forte, mas que agora lhe
 53. puzeram feitiço. Que o curador disse que era a feiticeira. Mas o feitiço que invade a família
 54. do Mathias é o álcool (p.23).
 55. Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno! Sentei ao sol
 56. para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: está escrevendo,
 57. negra fídida! A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam (p.24).

Quadro 1. Categorias de Análise

Categoria	Elementos da Categoria	Linhas do Discurso
O meio social de Carolina	Extrema pobreza.	(1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10)
	Violência de homens contra mulheres.	(11, 12, 13, 25, 26, 27, 28, 29)
	Violência de mulheres contra Carolina.	(14, 15, 21, 22, 24, 30, 31)
	Violência de mulheres contra os filhos de Carolina.	(16, 17, 18, 19, 20, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 56)
	Violência de crianças contra Carolina e seus filhos.	(23, 24, 55, 56)
	O álcool na vida das pessoas da favela	(30, 31, 38, 39, 40, 41, 50, 51, 52, 53)
	Percepções sobre a própria vida e si mesma	(4, 5, 33, 42, 43, 44, 45, 49, 50)
	Percepções sobre a violência.	(12, 13, 24, 40, 41, 52, 53, 54)
Carolina enquanto sujeito	Percepções sobre as mulheres da favela.	(14, 15, 19, 25, 26, 27, 28, 29)
	Percepções sobre a favela.	(16, 55)
	A leitura e a escrita.	(8, 9, 10, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56)

Fonte: elaboração própria.

DISCUSSÃO

“Eu tenho valor. Eu tenho igualmente valor”
 (Chimamanda Ngozi Adichie)

Percebemos os diversos tipos de violência que ocorrem quotidianamente na vida de Carolina. Ela, mulher negra e pobre, se inscreve na intersecção entre gênero, raça e classe. É nesta intersecção que agregamos as AH/SD. Não se trata de afirmarmos se Carolina era

superdotada ou não, pois não temos como averiguar diretamente tal asserção, a não ser como hipótese. Mas podemos problematizar as AH/SD em espaços sociais de margem, de pessoas excluídas e em situação contínua de risco e vulnerabilidade.

O Brasil tem sido um país com enormes problemas sociais e, por isso, falar de AH/SD soa controverso porque é como se houvesse temas mais urgentes a serem tratados a partir da crença de que pessoas inteligentes não precisam de alguma atenção ou ajuda (SOARES, ARCO-VERDE e BAIBICH, 2004). Desta crença na superioridade dos inteligentes, há diversas consequências prejudiciais à identificação, à valiação e ao atendimento de pessoas superdotadas. Um dentre os prejuízos é o de que, ao reduzir as AH/SD à inteligência intelectual, deixa-se de lado todos os outros fatores que incidem na constituição da pessoa superdotada e, de um fenômeno que é altamente complexo, restringe-se à mensuração através de testes. Inclusive, a presença de um teste de inteligência na avaliação é questionável. Há quem defenda a necessidade suprema do teste – principalmente quem enfatiza a inteligência intelectual – há quem considera o teste um elemento que participa da avaliação, mas não deve ser predominante e há quem questiona a validade de usar testes de inteligência, principalmente porque os instrumentos disponíveis, no Brasil, medem apenas alguns fatores cognitivos e diversos outros ficam de fora.

Neste debate, acordamos que as AH/SD não pode ser restrita à inteligência intelectual, até porque não há um único tipo de inteligência (GARDNER, 1995) e a inteligência depende de diversos fatores como biológicos, sociais, culturais, etc. Dentro dos fatores sociais e culturais, defendemos que é fundamental considerar gênero, etnia e classe social, pois certas combinações de marcadores sociais que a pessoa com AH/SD possa ter, a coloca em maior risco social e, conseqüentemente, em invisibilidade, ou seja, dentro do que Pfeiffer (2015) nomeia como grupo de potencial para excelência. Este grupo são as pessoas que não tiveram oportunidades de desenvolver seu potencial e que, no Brasil, é grandemente constituído por pessoas negras, mulheres e pobres. Exemplo disso sinaliza um levantamento para o prejuízo que as meninas superdotadas têm no processo de identificação devido às representações de gênero, para que 80% de estudantes em sala de recursos multifuncional de AH/SD são do gênero masculino e para a pouquíssima quantidade de pesquisa sobre o assunto (NEUMANN, 2018). Quando se junta os elementos raça e classe social, simplesmente não se encontram dados de pesquisa nas AH/SD. Isto num país que nunca foi apenas de brancas e brancos, um aspecto que tem, inclusive, se modificado. O Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (2018) aponta que, em 1998, 54% da população se autodeclarava branca, mas, em 2018, este número é de 44,7%, ou seja, em vinte anos, houve uma diminuição de quase 10%. A segunda cor mais autodeclarada, em 2018, foi a parda, 46,2% seguida de preta, 8,3%. Ao somar pardos e pretos, tem-se 54,5% da população. Acrescido à falta de atenção à interrelação entre marcadores sociais e AH/SD, temos a falta de um trabalho teórico aprofundado de matriz brasileira acerca das AH/SD, voltado a descrever este fenômeno levando em conta a nossa realidade sócio-histórica que é complexa e singular. As teorias que dispomos são de outros contextos, as quais são muito úteis, contudo, insuficientes quando se leva em conta as problemáticas específicas da nossa constituição enquanto nação. Seria razoável esperar que se mostrem os mesmos indicadores de AH/SD em um menino branco de classe média e de uma menina negra pobre? Se estamos a defender a inclusão, no Brasil, não podemos deixar de lado problematizações como esta.

É, então, neste sentido, que buscamos discutir a realidade de Carolina, enquanto mulher negra, sendo ela uma representante de muitas outras. É preciso, então, analisar de forma

conjunta como esses sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam a vida de mulheres (CRENSHAW, 2002). Os legados da escravidão conduziram a experiências sociais distintas para mulheres brancas e negras (CALDWELL, 2000). Na América, o estatuto social de mulheres brancas e negras nunca foi o mesmo, “apesar de ambos serem sujeitos à vitimização sexista, como vítimas de racismo as mulheres negras foram sujeitas a opressões que nenhuma mulher branca foi forçada a suportar” (HOOKS, 2014, p. 89).

É parte da história do Ocidente que somente as mulheres brancas burguesas fossem consideradas como mulheres. As demais não eram apenas suas subordinadas, mas também vistas e tratadas como animais, no sentido profundo de seres sem gênero, fêmeas sem características de feminilidade (LUGONES, 2008). “Quando foram generificadas como similares das fêmeas colonizadas receberam o status inferior que acompanha o gênero mulher, mas nenhum dos privilégios que constituíam esse status no caso das mulheres burguesas brancas” (*Ibid*, 2008, p. 25). No Brasil, exemplo disso é que, nos últimos dez anos, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve uma queda de 8%. No entanto, todo esse cenário não foi capturado pelos feminismos brancos ocidentais, acusados pelas feministas negras de eurocêntricos e também de reforçar o mito da democracia racial e o ideal do branqueamento, ao omitir a raça como critério central nas hierarquias de gênero (CARNEIRO, 2011).

A maior parte das mulheres brancas, que dominam o discurso feminista, não têm consciência da supremacia branca e, ao afirmarem que todas as mulheres são oprimidas, desconsideram seus próprios privilégios no sistema patriarcal, racista e classista. Em suas tentativas de articular as dimensões raciais de opressão da mulher, feministas negras apontaram em suas pesquisas assuntos como controle de natalidade e saúde reprodutiva. Atentam para as altas taxas de esterilização entre mulheres pobres e negras. Acusam as feministas brancas de discutir sobre a divisão sexual do trabalho, mas negando a divisão racial. Feministas como Leila González e Luzia Bairros perceberam que a liberação das mulheres brancas se atrela à subordinação continuada de mulheres negras nos serviços domésticos, inclusive sendo exploradas sexualmente (CALDWELL, 2000).

Dentro disto, Carolina carrega em seu corpo essa opressão histórica contra sua origem étnica, gênero e classe, neta de africanos escravizados e filha de mãe lavadeira analfabeta, frequentou com custo a primeira e a segunda série do ensino fundamental. Com marcadores sociais historicamente construídos enquanto negativos: mulher, negra e pobre, é possível haver AH/SD nesta população? Defendemos que sim, justamente porque vemos as AH/SD como um fenômeno multifatorial, o que significa que discordamos da ideia de que AH/SD é exclusivamente genética, uma herança passada de geração em geração, ou, em contrapartida, que é exclusivamente dependente do ambiente, isto é, que bastam muitos estímulos da família para produzir uma pessoa superdotada. Estas crenças, contudo, ainda estão consideravelmente presentes (RECH e FREITAS, 2005).

Ambas posições que desconsideram a interrelação entre fatores genéticos e socioculturais excluem pessoas como Carolina. Isto porque a inferioridade das mulheres já foi amplamente atribuída a suas características herdadas biologicamente (BEAUVOIR, 2016), bem como da população negra, cuja inferioridade foi atestada por teóricos como Gobineau, no século XIX, que influenciou, no Brasil, estudos como os de Raimundo Nina Rodrigues que afirmou que pessoas negras e descendentes tinham mais tendências ao crime que as brancas por causa de sua constituição genética (SCHWARCZ, 1998). Por outro lado, se as AH/SD fosse

produzida pelos incentivos da família, os pobres estariam automaticamente excluídos, pois não dispõem de condições materiais básicas para uma vida minimamente digna como comida, água potável, saneamento, eletricidade, moradia e educação. Se o básico lhes falta, como poderiam *produzir* crianças superdotadas? Considerar a complexidade de fatores envolvidos nas AH/SD não se limita a questões epistemológicas, mas a algo bem mais amplo que é a inclusão, a qual não podemos nos deixar enganar que é efetivada por uma suposta democracia racial.

Exemplo deste mito da democracia racial se mostra no Carnaval, pois é “nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente na rainha, na ‘mulata deusa do meu samba’, ‘que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente’ (GONZÁLES, 1984, p. 228). Nesse momento, a mulher negra ocupa as revistas, o cinema e a televisão. Mas o outro lado se oculta e continua presente no seu cotidiano quando ela se transfigura em empregada doméstica ou está esquecida nas ruas a catar papel, como Carolina.

A extrema pobreza em que ela vivia e vivem muitas negras e negros, no Brasil, é estrutural, tem cor e gênero. Os dados da Síntese dos Indicadores Sociais de 2018 lançados pelo IBGE, trazem a proporção de pessoas residentes em domicílios com restrição de acesso à educação, proteção social, condições de moradia, serviços de saneamento básico e comunicação (internet). Enquanto homens brancos possuem restrição a pelo menos três desses fatores na proporção de 9,8%, as mulheres brancas ocupam a proporção de 8,7%, a menor de todas, por sua vez, os homens negros representam 22% e as mulheres negras 20,1%. Os homens negros apresentam menor proteção social e acesso à educação, mas no mercado de trabalho são as mulheres negras que ocupam principalmente cargos relacionados ao cuidado e com menor remuneração. Do total pesquisado, cerca de 3.671 domicílios são chefiados por mulheres brancas sem cônjuge e com filhos, enquanto 7.591 são chefiados por mulheres negras na mesma situação, o que só acentua a situação de pobreza feminina e principalmente negra.

Em 2016, foram assassinadas 4.645 mulheres no Brasil, uma média de 13 mulheres por dia, uma a cada duas horas. O estudo divulgado em 2018 no Atlas da Violência (IBGE) mostra que os índices de violência contra a mulher subiram 6,4% em dez anos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, e que as principais vítimas são as mulheres negras. Entre 2001 e 2011, estima-se que ocorreram 50 mil feminicídios, cerca de 5.000 mortes por ano. Grande parte dos assassinatos de mulheres foram decorrentes de violência doméstica e familiar, uma vez que ao menos um terço deles ocorreram no domicílio. Do total de óbito, 61% foram de mulheres negras, sendo que a maior parte possuía baixa escolaridade (IPEA, 2013).

A violência é uma das principais estratégias usadas pelo patriarcado para exercer o poder sobre as mulheres. O patriarcado é definido por Paredes (2012) como um sistema de opressões, explorações, violências e discriminações que vive toda a humanidade (homens, mulheres e pessoas intersexuais), e a natureza, historicamente construída sobre o corpo sexuado das mulheres, é um sistema de morte.

Nove anos após a implementação da Lei Maria da Penha³, no Brasil, foi aprovada a Lei do Feminicídio, em março de 2015. A lei se refere aos crimes contra as mulheres por razões da condição do sexo feminino, ou seja, quando suas mortes estão envolvidas em crimes motivados pelo ódio, repulsa, agressão em razão de serem mulheres. De acordo com Teixeira (2017, p.

² Lei que entrou em vigor em 2006, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

56), denominar esses assassinatos e qualificá-los como feminicídio foi uma grande conquista do movimento feminista, pois ao continuarem sendo denominados como homicídios, esses crimes mantinham as particularidades dos crimes contra mulheres apagadas. No entanto, cabe pontuar que nem sempre acontece a identificação correta do assassinato de mulheres como feminicídio, essa ainda é uma questão que precisa fazer parte do cotidiano e da conscientização de profissionais como policiais, delegados, juízes e promotores.

Quanto à Lei Maria da Penha, o IPEA (2013) analisa que não houve redução das taxas de mortalidade, comparando períodos anteriores e posteriores à implementação da lei. Isso se dá em parte porque o aparato estatal também se encontra imbuído pelo sistema patriarcal, que muitas vezes faz com que o agressor ou assassino seja visto com ‘bons olhos’, considerado pai de família. Questão que ainda nos remete aos chamados crimes em defesa da honra, por muito tempo considerados legais no Brasil, envolviam principalmente casos em que o homem acusava a mulher de ter ‘manchado’ sua honra, o que justificaria o ato criminoso de sua parte. Ainda hoje vemos mulheres sendo culpabilizadas pelas agressões, mesmo por suas mortes. É comum vermos comentários alegando sobre a roupa e comportamento de mulheres que sofrem estupro, por exemplo, sem mencionar as manchetes nos jornais. Como afirma González (1984), o sexismo, assim como o racismo, constituem a cultura brasileira como uma neurose.

Navaz (2008) explica que o feminicídio é o genocídio de mulheres e acontece quando condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, saúde e liberdade de mulheres e meninas. Pode ser realizado por conhecidos ou desconhecidos, (ex) maridos, (ex) namorados, colegas, etc, mas todos têm em comum que as mulheres são tidas como descartáveis e desprezíveis, são crimes de ódio em que as mulheres morrem simplesmente por serem mulheres.

Neste aspecto, muitas são as falas de Carolina acerca das violências sofridas na favela. Cabe salientar a sua sensibilidade de perceber as violências, suas reflexões e suas decisões de como lidar com um meio social que reproduz violências por todos os lados. O que nos chama a atenção é sua busca por conhecimento apesar de tantas outras demandas diárias urgentes como a falta de comida e proteção. Seu gosto pela leitura lhe dá algum suporte para ter compreensões da realidade, ao que parece, muito distante para seus vizinhos da favela. Carolina mostra consciência de vários elementos de seu mundo, o que faz com que ela tenha uma postura muito diferente de outras mulheres, as quais, de sua perspectiva, a odeiam por isso, por ela ser diferente, por ela ir além daquela cultura instituída. Este tipo de situação é, aliás, comum na vida de pessoas superdotadas: o conflito com o meio social constituído por uma maioria uniforme que pensa o mundo da mesma maneira, seja a classe social que for.

Dentre suas percepções e reflexões, Carolina se preocupa com os filhos por verem tanta violência e sabe que isto não faz bem a eles, percebe a imaturidade de mulheres mais velhas ao brigarem com as crianças, que seus filhos são bodes expiatórios – conceito que remete a conhecimento histórico – bem como quando afirma estar melhor sozinha que com um marido que bate na esposa e que levam vida de escrava indiana. Nisto, ela mostra sua capacidade de avaliar o que é melhor para si mesma e seus filhos, sem desconsiderar o quão difícil é, também, ter que criá-los sem ajuda do pai.

O que nos chama a atenção é que a violência no cotidiano de Carolina não é apenas de homens contra as mulheres, mas se amplia para mulheres e crianças contra Carolina e

seus filhos, ou seja, a violência é um modo de convivência social, uma forma de sociabilidade diante da herança escravista brasileira. Predomina o espaço privado (da vontade arbitrária) sobre o público (das leis e dos direitos), tendo como centro a hierarquia familiar, autoritária e despótica. As relações sociais e intersubjetivas estariam resumidas em alguém superior que manda e alguém inferior que obedece (CHAUÍ, 2017). “Dessa maneira, micropoderes despóticos capilarizam em toda a sociedade a violência, que, partindo da e na família, se espalha para a escola, o hospital, as relações de trabalho, os meios de comunicação, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado ao cidadão pela burocracia estatal [...]” (*Ibid*, 2017, p. 43). Daí o reconhecimento de que existe um mito da não violência brasileira, construído pela historiografia, segundo qual nossa história teria sido construída sem sangue.

Sob uma perspectiva psicanalítica, a violência pode ser considerada como parte inerente do ser humano, com sua origem na pulsão, “uma energia instintiva, uma pressão cega para satisfazer a qualquer preço as necessidades, para amenizar as excitações exasperadas pela privação” (BARUS-MICHEL, 2011, p. 20). As pulsões podem tomar a forma de paixão ou de crueldade, as socializações tendem a paralisá-las, mas quando os controles e inibições cedem, a violência explode. A violência, nesse sentido, é entendida como um excesso, deixando transparecer nossa impotência momentânea, está sempre presente na vida social, “A realidade do mundo e das coisas já é, por si só, violência. Desde que chegamos ao mundo sofremos alguma violência: feridos, atormentados, premidos pela necessidade, frustrados. A violência está no ‘ser no mundo’ dos humanos” (*Ibid*, 2011, p. 20).

Nesse processo, o outro é tido como um obstáculo, um objeto que não é ouvido nem visto. Uma alternativa encontrada por Carolina foi a leitura e a escrita. Com os livros, ela podia se relacionar com outros diferentes daqueles ao seu redor. Outros que não violentavam a ela e seus filhos e através dos quais podia ver além de uma vida miserável. Aqui, se evidencia a questão da educação negada à população negra e pobre, em que lhes é extirpado o contato com outros, com suas origens através da história e, com isso, a possibilidade de saberem quem são e o que desejam ser. Segundo o IPEA (2015), nas mulheres negras, o analfabetismo é mais que o dobro que nas brancas, há 80% mais empregadas domésticas negras que brancas e, em 2015, os negros (homens e mulheres) atingiram a média de 12 anos de estudo formal, número que os brancos já tinham desde 1995, ou seja, um atraso de dez anos para a população negra em relação à branca. E a desigualdade de acesso à educação continua, pois entre 1995 e 2015, dobrou a população branca com tempo de estudo igual ao da população negra.

Com base nestes dados, Carolina foi exceção – no sentido de seu interesse pelo conhecimento – por motivos que desconhecemos. De modo algum estamos a sugerir que ela teria sido superdotada e por isso buscou sozinha por uma educação que lhe foi negada. Ela poderia ter sido superdotada e pessoas com AH/SD tendem a ser autodidatas na aprendizagem, mas não se trata disto, aqui. Em absoluto podemos atribuir toda a responsabilidade de desenvolvimento ao sujeito individual, como se estivesse isolado de seu meio social. Se o fizermos, recaímos na crença de que pessoas inteligentes não precisam de quaisquer amparos, são autossuficientes, e, com isso, retira-se a responsabilidade do Estado que vai desde garantir condições materiais básicas de vida digna até, mais especificamente na educação, garantir condições de estrutura física e de formação de profissionais para a atendimento educacional especializado. A inclusão pode ocorrer ou não e isto depende da forma como se dá a relação com o outro, como este outro é visto.

Neste sentido, o outro pode ser tomado como obstáculo porque desperta uma ambivalência. O outro questiona e contradiz o eu, por ser diferente, quando seu lugar é reconhecido, o lugar inteiro não pode ser mais ocupado pelo eu, por isso, representa uma ameaça. Mas, o eu só pode existir com relação ao outro, na medida em que precisa do seu olhar, seu reconhecimento, é um espelho indispensável (BURUS-MICHEL, 2011). Assim, como a vítima da violência é reduzida a nada, é destituída da palavra, aquele que pratica a violência perde também suas capacidades de simbolização e não pode colocar seu desejo em palavras, sendo que o que lhe sobra são os atos que se repetem sem sentido. Nisto, a violência também é uma reação à sociedade e sua organização, por exemplo, nos salários miseráveis dos trabalhadores, no desemprego, na exploração midiática, na falta de acesso à educação, saúde, etc, principalmente para a população mais pobre. Como afirma Oliven (2010), a violência é um mecanismo utilizado tanto pela classe dominante, para exercer a dominação, quanto pelas classes dominadas, para sobreviver. Então, a violência tanto faz parte das pulsões humanas quanto é parte inerente ao sistema neoliberal capitalista em que vivemos, com o acirramento das desigualdades e injustiças.

A violência é mais nítida em contextos de extrema pobreza, como na favela em que Carolina viveu, lugares onde a desigualdade grita aos olhos e dói na pele de quem a sente, pois se trata de uma soma de violências todos os dias perpetradas até mesmo pelas crianças que desconhecem outro modo possível de vida. Crianças violentadas pelos pais e pela sociedade, pois ter mãe ou pai com algum entendimento sobre si e sobre o mundo, no contexto em questão, era exceção. Carolina foi uma mãe que tinha uma compreensão mínima para decidir não ser violenta com seus filhos, atitude cuja qual causava estranheza nas vizinhas, já que não compreendiam o porquê de ela não espancar as crianças. Ou seja, na ausência de compreensão e simbolização da vida, resta apenas atos violentos que as pessoas perpetram contra os outros e também contra si mesmos. Exemplo disso é o alcoolismo, citado várias vezes por Carolina.

Beber é imbuído de um contexto social onde valores, normas, concepções da realidade e do tempo conformam o que é aceitável ou não com relação à bebida (NEVES, 2004). Assim, “o catálogo dos motivos que referenciam as maneiras de beber, não correspondem, necessariamente, ao resultado do comportamento, mas do aprendizado das atitudes culturalmente atribuídas aos diversos usos” (*Ibid*, 2004, p. 8). Em nossa sociedade, o que é condenado não é o álcool, mas o comportamento desviante, aquele que não sabe beber sem se alcoolizar e deixar interferir no desempenho dos papéis sociais a ele associado.

Do ponto de vista da saúde pública, o alcoolismo tem sido associado a problemas como mortes no trânsito, desentendimentos familiares e afetivos, separação de casais, homicídios, violência contra mulheres e crianças, deserção no trabalho, dentre outros. Existem várias tentativas de explicar esse fenômeno. Fatores hereditários e ambientais são indicados como possíveis causas. No ambiente, se destacam a pressão de amigos, a indução familiar, principalmente na infância, perdas sucessivas de emprego, reclamações da família, dos amigos e problemas conjugais. Na esfera psicológica, considera-se alguns traços como regressão emocional, imaturidade, instabilidade, insegurança, ansiedade e dificuldades do ego em lidar com a realidade. O exagero de álcool pode funcionar, então, como um mecanismo de fuga da realidade, já que são sujeitos que também apresentam a vivência da solidão, a desesperança e a imposição de um presente sem ânimo e passivo. É marcado pela insatisfação consigo mesmo diante da sua não realização pessoal na sociedade (NASCIMENTO e JUSTO, 2000). “O sujeito

procura no álcool um refúgio para alcançar sua satisfação, pois, sua existência se apresenta, na realidade, permeada por uma sensação de insuportabilidade carregada de sofrimento” (*Ibid*, 2000, p. 530).

Embora não se possa relacionar sempre pobreza e alcoolismo, pois há alcoolismo em todas as classes sociais, quando as condições básicas de vida digna são negadas, a realidade é muito mais difícil de suportar. Também ocorre alcoolismo nas classes mais abastadas, porém, devido à manutenção do status social, muitas vezes, o problema é mascarado e tratado em clínicas especializadas, quando tratado. Isto porque nem sempre alcoolistas desejam abrir mão do vício, mesmo tendo condições para isso. No caso de pobreza extrema, a própria escolha de largar o alcoolismo é reduzida consideravelmente, de novo, pela falta de condições básicas de saúde e educação.

Nas palavras de Carolina, “os ebrios não entende” (linha 41, p. 19), ou seja, não entendem que o álcool prejudica sua vida, mesmo que haja alguém, como Carolina, disposta a ajudar com conselhos de que o crime não vale a pena. Não entendem – mas sentem! – os séculos de violência perpetrados aos seus antepassados, a exploração e depois o abandono do Estado e da sociedade que os reduzem a um outro inexistente, a um nada. De que os bebês não vingam por causa do álcool e de tudo ao redor, de que a doença não é obra de feitiço, mas do álcool. As mulheres não compreendem Carolina, negra e pobre como elas, mas que prefere ler e escrever, algo que parece soar tão distante da existência delas, uma existência preenchida pela fome, pelo espancamento dos maridos, pelo desamparo completo do Estado e da sociedade.

O Estado tem participação direta na violência contra as mulheres, nos feminicídios quando faz parte de um sistema patriarcal que busca preservar essa ordem. Quando o Estado não dá garantias de segurança para a vida de mulheres em casa, na comunidade e no trabalho, o feminicídio é um crime de Estado. É ainda forjado em meio a desigualdades estruturais entre homens e mulheres, onde a violência de gênero e étnica é uma forma de manter a opressão. Existem condições culturais que asseguram a legitimidade desse contexto, ambientes ideológicos do machismo e misoginia, da naturalização da violência que gera vulnerabilidades.

A vulnerabilidade é tanta que acentua o sentimento de inferioridade e, com ele, a raiva, sendo esta força motriz da violência. Uma raiva não compreendida nem simbolizada, impossibilitada de se expressar em linguagem, a qual é tirada dos pobres. Uma raiva que não é exclusivamente responsabilidade do sujeito que a sente, mas de toda uma conjuntura que cerceia opções de vida. E, neste contexto, qual espaço há para o desenvolvimento dos potenciais? Quais os critérios mais adequados para a identificação e a avaliação de AH/SD? Ou, simplesmente, evitamos olhar para estas pessoas e seguimos com a atitude de negar sua existência? Reafirmaremos nossa história de exclusão mais uma vez ao negligenciar que há mulheres superdotadas que são negras e pobres? Ou faremos algo diferente, desta vez?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio social de Carolina teve papel central na sua marginalização, sem oportunidades de educação, trabalho e moradia, garantias mínimas a qualquer sujeito. Ela passa a vida na favela sentindo que não pertence aquele lugar. Com tantas determinantes em sua vida, ainda

assim ela consegue obter sucesso com seu livro, mesmo que momentâneo. Carolina foi uma exceção. Quantas pessoas vemos ainda hoje tomarem destaque a partir da posição social ocupada por ela? Talvez o mais incrível é que Carolina escreveu sobre a sua realidade, nua e crua. Mesmo assim, não despertou mais que certa curiosidade, mais uma vez evidenciando que a desigualdade de gênero, raça e classe, no Brasil, não é questão de um problema social isolado, mas de manutenção de privilégios, um projeto socioeconômico iniciado com a colonização e a escravidão permeadas por todos os tipos de violência que são realizadas até hoje, principalmente contra povos indígenas e afrodescendentes.

Embora o próprio conceito de AH/SD é controverso e não haja uma concordância uníssona entre pesquisadoras e pesquisadores da área, um princípio é defendido por todas e todos: o de que o investimento na inclusão das pessoas superdotadas beneficia a todas e todos, independente de se ter ou não AH/SD. Isto porque, ao instituir programas de atendimento educacional especializado dentro e fora das salas de recurso multifuncional para oportunizar o desenvolvimento das mais diversas habilidades e potenciais, oportuniza-se a partilha dos ganhos educacionais com os outros, uma vez que o atendimento para superdotadas e superdotados não deve ser isolado do contexto escolar e social. Em outras palavras, os benefícios da inclusão não se restringe aos públicos da educação especial. Uma escola e uma sociedade inclusivas trazem vantagens para todas e todos.

As problematizações iniciais deste artigo reafirmam a complexidade da identificação, da avaliação e também do atendimento educacional especializado para pessoas com AH/SD, o qual requer um olhar mais aprofundado para a realidade sócio-histórica brasileira. Em um país que parte da população vive sem o básico para sua dignidade, com marcas profundas do racismo institucional, machismo e pobreza, como chegar até estas pessoas que, na grande parte das vezes, não têm oportunidades suficientes para mostrar nem desenvolver seus talentos e habilidades? Em nosso entendimento, abre-se um amplo campo para debates, reflexões, luta por instituição de políticas públicas e pesquisas que relacionem as AH/SD e a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda N. *Para Educar Crianças Feministas: um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline. A violência complexa, paradoxal e múltívoca. In: MÉRITI, F. M. M. de S.; MARTINS, J. N. G. de A. (Orgs.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BRASIL. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: Área de Deficiência*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial, 1995.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 04/04/2018.

CHAUÍ, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos feministas*, v. 172, n. 10, 2002.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e Pesquisa: revista de ciência*, v.1, n.42, pp. 63-110, 2003.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher?* Mulheres negras e feminismo, 2ed. Editora Routledge, 2014.

GARDNER, Howard. *Inteligências Múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

IBGE. *Atlas da Violência*. IPEA; FSPB, 2018.

IPEA. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. 2013. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Estudos_e_Pesquisas/2013%20-%20BRASIL%20-%20IPEA%20-%20Violencia%20contra%20a%20mulher-%20feminicidios%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: junho de 2019.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso: junho de 2017.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2006.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, pp. 223-244, 1984.

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais 2018*. Uma análise das condições de vida brasileira. 2018.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula rasa*, Bogotá, Colombia, n. 9, pp. 73-101, 2008.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do; JUSTO, José Sterza. Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 13, n. 3, pp. 529-538, 2000.

NAVAZ, Liliana Suárez. Colonialismo, gobernabilidad y feminismos poscoloniales. In: CASTILLO, Rosalva Aída H. (Ed.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Espanha, Madrid: Editorial Cátedra, 2008, pp. 24-68.

NEVES, Delma Pessanha. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, pp. 7-36, 2004.

NEUMANN, Patricia. Desigualdade de Gênero e Altas Habilidades/Superdotação. *Revista Diversidade e Educação*, v.6, n.2, pp. 62-70, 2018.

OLIVEN, Ruben George. *Violência e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PAREDES, Julieta. Las trampas del patriarcado. In: MONTES, Patricia (Org.). *Pensando los feminismos en Bolivia*. Serie Foros 2. Conexión Fondo de Emancipación: Bolivia, 2012, pp. 89-113.

Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe. GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/11/Relat%C3%B3rio-das-Desigualdades-2.pdf>>. Acesso: junho de 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem Preto nem Branco, Muito pelo Contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PFEIFFER, Steven I. El Modelo Tripartito sobre la alta capacidad y las mejores prácticas en la evaluación de los más capaces. *Revista de Educación*, ano 2015, n.368, 2015, pp. 66-95.

RECH, Andréia J.D.; FREITAS, Soraia N. Uma Análise dos Mitos que envolvem os Alunos com Altas Habilidades: a realidade de uma escola de Santa Maria/RS. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.11, n.2, pp. 295-314, 2005.

SOARES, Ana Maria I.; ARCO-VERDE, Yvelise F.S., BAIBICH, Tânia M. Superdotação – identificação e opções de atendimento. *Educar*, n.23, pp. 125-141, 2004.

TEIXEIRA, Ana B. *Violência contra as mulheres*. Edições SOS Corpo: Recife, 2017.

Recebido em: 03 de outubro de 2019
Modificado em: 23 de março de 2020
Aceito em: 12 de abril de 2020

